



**APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DO BAIXO MONDEGO**

**AQUISIÇÃO DE UMA MÁQUINA GIRATÓRIA**

**Caderno de Encargos**

**PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO 2/2022**

**Procedimento nº 5/AB**

**JUNHO, 2022**

## CADERNO DE ENCARGOS

### 1. Objeto

Aquisição de uma máquina escavadora giratória hidráulica de rastos com os respetivos acessórios que trabalhe a 360°.

### 2. Especificações

#### 1) Características pretendidas:

- Peso operativo superior a treze toneladas;
  - Engate rápido hidráulico;
  - 1 Balde de escavação;
  - Cabine com Ar condicionado;
  - Rastos de ferro com largura igual ou superior a 500 mm;
  - Lança de peça única;
  - Motor diesel com potência mínima de 70 kW (ISO 9249);
  - Cilindrada entre 3000 - 3500 cc;
  - Profundidade de escavação superior a 5500mm;
  - Força de escavação do balde superior a 100 kN, ISO 6015:2006;
  - Força do braço superior a 65 kN, ISO 6015:2006;
  - Velocidade de rotação superior a 12 min-1;
  - Circuito hidráulico para martelo;
  - Válvulas de segurança no monobloco e balanceiro;
  - Assento com suspensão pneumática com consola integrada;
  - Câmara "ângulo aéreo" com vista de 270 graus;
  - Pré-filtro de ar (sem manutenção);
  - Telemetria e Gestão de Frota.
- #### 2) Acessórios
- Kit de martelo;
  - 2 Baldes de limpeza - 2000mm e 1500mm/1600mm;
  - Bomba elétrica de abastecimento de combustível com paragem automática.

### 3. Obrigações do cocontratante

Na execução do contrato, o cocontratante obriga-se a:

- a) fornecer os bens com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente caderno de encargos e na proposta adjudicada;
- b) comunicar à Associação de Beneficiários da Obra de Fomento Hidroagrícola do Baixo Mondego, logo que deles tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações;
- c) prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições da execução do contrato, bem como prestar os esclarecimentos que se justifiquem;
- d) comunicar à Associação de Beneficiários da Obra de Fomento Hidroagrícola do Baixo Mondego qualquer alteração ocorrida durante a execução do contrato, designadamente a sua denominação e sede social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica ou a sua situação comercial, bem como as alterações aos contactos ou moradas indicadas no contrato;
- e) para efeitos de pagamentos, prestar todas a informação sobre a sua situação contributiva.

### 4. Local de entrega

A máquina escavadora deverá ser entregue na sede da Associação de Beneficiários da Obra de Fomento Hidroagrícola do Baixo Mondego e no horário entre as 09.00h e as 16.00h, com a presença de um vogal da Direção.



### **5. Prazo de entrega/ execução**

- 5.1. O prazo de entrega será o indicado na proposta, não devendo ultrapassar os 30 dias após a adjudicação.  
5.2. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo nos sábados, domingos e feriados.

### **6. Preço contratual e preço base**

- 6.1. Pelo fornecimento dos bens, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Associação de Beneficiários da Obra de Fomento Hidroagrícola do Baixo Mondego pagará o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.  
6.2. Este preço incluirá todos os custos, encargos e despesas necessários à execução do contrato, nomeadamente:  
a) transporte, carga e descarga;  
b) responsabilidade pelo transporte, carga, descarga;  
c) outras taxas legalmente aplicáveis (ex.: ecovalor, ECOREE, etc.);  
d) quaisquer outros encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes e licenças.  
6.3. O preço base, isto é, o preço máximo que a Associação de Beneficiários da Obra de Fomento Hidroagrícola do Baixo Mondego o Município de Coimbra está disposta a pagar, é de 135.000,00 € (cento e trinta e cinco mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

### **7. Condições de pagamento e faturação**

- 7.1. O pagamento será efetuado a 30 (trinta) dias a contar da data de apresentação das faturas, que serão emitidas após cada entrega dos bens.  
7.2. Em caso de discordância quanto aos valores indicados nas faturas a Associação de Beneficiários da Obra de Fomento Hidroagrícola do Baixo Mondego comunicará ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à sua correção.  
7.3. Cada fatura deverá incluir os elementos referidos no artigo 36.º do Código do IVA, bem como:  
a) descrição, referindo o(s) documento(s) que a suportam;  
b) IBAN, para efeitos de transferência bancária;  
c) documentação de suporte;  
d) emissão em nome da Associação de Beneficiários da Obra de Fomento Hidroagrícola do Baixo Mondego (NIF 502 068 710).  
7.4. As faturas serão enviadas para o seguinte endereço:  
Quinhendros  
Apartado 17  
3140-901 Montemor-o-Velho

### **8. Modificação do contrato**

- 8.1. Os preços do contrato não estão sujeitos a revisão de preços.  
8.2. O contrato apenas poderá ser modificado nas condições previstas na Parte III do Código dos Contratos Públicos.  
8.3. A cessão da posição contratual pelo cocontratante apenas poderá ter lugar mediante seu pedido fundamentado e autorização expressa da Associação de Beneficiários da Obra de Fomento Hidroagrícola do Baixo Mondego, devendo ainda ser cumprido o disposto no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.

### **9. Condições gerais**

- 9.1. O contrato é regulado pela legislação portuguesa, nomeadamente pelo disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual dada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, e restante legislação.  
9.2. Na execução do contrato, o cocontratante deverá respeitar as normas aplicáveis em vigor diretamente relacionadas como o objeto do contrato, bem com as normas relativas a matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género.



9.3. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Associação de Beneficiários da Obra de Fomento Hidroagrícola do Baixo Mondego pode resolver o contrato, a título sancionatório, nos seguintes casos:

- a) violação de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que incumbem ao cocontratante;
- b) insolvência, liquidação, cessação da atividade ou qualquer outra situação análoga;
- c) incumprimento das suas obrigações contributivas perante a Autoridade Tributária e Aduaneira ou a Segurança Social;
- d) prestação de falsas declarações;
- e) cessão da posição contratual realizada com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no presente caderno de encargos.

9.4. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante notificação enviada ao cocontratante e não determina a repetição das prestações já realizadas.

9.5 Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

## **10. Sigilo**

10.1. O cocontratante deverá guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, relativa à atividade da Associação de Beneficiários da Obra de Fomento Hidroagrícola do Baixo Mondego de que possa ter conhecimento ao abrigo e em relação com a execução do contrato.

10.2. A informação e documentação coberta pelo dever de sigilo não pode ser transmitida a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

10.3. Exclui-se do dever de sigilo a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público, à data da respetiva obtenção pelo cocontratante, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

10.4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de cinco anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, nomeadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

## **11. Tratamento de dados pessoais em subcontratação**

11.1. Caso a execução do contrato implique o acesso a dados pessoais, a Associação de Beneficiários da Obra de Fomento Hidroagrícola do Baixo Mondego atua como responsável pelo tratamento, e o cocontratante atua como subcontratante, conforme as respetivas definições no artigo 4.º do Regulamento Geral sobre Proteção de Dados (RGPD) - Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016.

11.2. O responsável e o subcontratante comprometem-se a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais em vigor, nomeadamente o RGPD, e a respeitar os direitos dos titulares dos dados.

11.3. O subcontratante compromete-se a realizar apenas os tratamentos de dados pessoais definidos neste contrato, ou em instruções que o responsável lhe entregue por escrito.

11.4. O subcontratante compromete-se a conceder acesso aos dados apenas a colaboradores afetos às tarefas associadas ao cumprimento deste contrato.

11.5. O subcontratante comprometerá os colaboradores a quem dê acesso aos dados pessoais com o dever de confidencialidade sobre os mesmos.

11.6. O subcontratante garante realizar os tratamentos de dados pessoais sob condições de segurança que assegurem a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade.

11.7. O subcontratante compromete-se a assistir o responsável, de forma diligente, na resposta ao exercício de direitos pelos titulares dos dados.

11.8. O subcontratante compromete-se a notificar imediatamente o responsável quando tome conhecimento de uma violação de dados pessoais.

11.9. O subcontratante compromete-se a apagar as suas cópias dos dados pessoais assim que termine a prestação de serviços a que se refere este contrato.

11.10. O subcontratante compromete-se ainda a:

- a) Não subcontratar o tratamento sem autorização escrita pelo responsável;
- b) Informar o responsável se considerar que o tratamento que lhe foi solicitado viola a legislação de proteção de dados pessoais em vigor;



**Associação de Beneficiários  
da Obra de Fomento Hidroagrícola do Baixo Mondego**

---

c) Facilitar ao responsável a realização de auditorias ou inspeções aos tratamentos realizados no âmbito deste contrato.

**12. Contrato**

12.1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

12.2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;

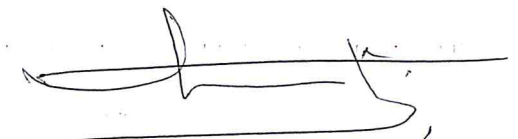

c) O presente caderno de encargos;

d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

12.3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados.

12.4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º, desse mesmo diploma legal.

  
A. Valente  
  
A. Tanalmeida

